



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

# **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 303, DE 2013**

**(Do Sr. Rubens Bueno e outros)**

Dá nova redação ao § 2º do art. 73 da Constituição Federal, para modificar a forma de escolha dos Ministros do Tribunal de Contas da União.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PEC-235/2012.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

Art. 1º. O § 2º do art. 73 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.73 .....

§ 2º Os cargos de Ministro do Tribunal de Contas da União serão providos por meio de concurso público.” (NR)

Art. 2º. Os concursos para Ministro do Tribunal de Contas serão abertos a partir da vacância do cargo de cada um dos Ministros indicados pelo sistema atual.

Art. 3º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O conceito moderno de democracia pressupõe, entre outros atributos, a transparência no trato do dinheiro público. Não há democracia em um país em que é negado aos cidadãos/contribuintes o direito de conhecer a destinação que é dada aos recursos financeiros do Estado. Essa necessária transparência, por sua vez, requer controle sobre os atos da administração pública. Portanto, chega-se à conclusão que o controle externo dos atos da administração pública é um corolário da democracia. Um país que se define como democrático deve sempre resguardar pela correta destinação do erário público, valendo-se, para aferir tal destinação, do controle externo.

No Brasil, diz a Constituição Federal em seu artigo 71, o controle externo é exercido pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete fazer a aferição técnica da regularidade dos atos administrativos. Sendo assim, pode-se afirmar que o controle externo ostenta duas fases: uma de natureza técnica, a ser exercida pelo Tribunal de Contas da União; e outra política, a cargo do Poder Legislativo.

Neste sentido, as ponderações de ordem política na atividade de controle externo devem se circunscrever ao âmbito do Congresso Nacional. É no Parlamento que se travam os debates democráticos, com o necessário confronto de ideologias, sempre voltados para o exercício da importante função fiscalizatória exercida pelo Poder. Já as ponderações de ordem técnica dos atos da administração pública são feitos pelo Tribunal de Contas da União, no desempenho da função de auxiliar o Legislativo a exercer o controle externo.

Essas considerações são importantes para demonstrar a necessidade de aprovação da presente Proposta de Emenda à Constituição. No sistema atual, há uma excessiva politização do Tribunal de Contas da União, na medida em que os Ministros daquela Alta Corte de Contas são escolhidos por critérios políticos: dois terços pelo Congresso Nacional, o outro terço pelo Presidente da República.

Ora, se as ponderações de ordem política – em relação à quais não contesta a importância – já são feitas pelo Congresso Nacional, não faz sentido que o controle técnico também seja exercido por pessoas que foram indicadas por motivações de natureza política. A atividade do Tribunal de Contas da União é eminentemente técnica, exigindo muito preparo e conhecimentos específicos. Por esta razão, entendemos que a melhor forma de assunção ao cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União é o concurso público, a forma mais democrática de investidura de agentes públicos, que se pauta pelo critério meritocrático.

Não se diga que esta PEC pretende alçar concurseiros recém-formados, com pouco mais de vinte anos de idade, à condição de Ministros do Tribunal de Contas da União. Isso porque permanecem sem alteração os demais requisitos para a investidura no cargo, previstos no § 1º do art. 73: o candidato deve ter mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, idoneidade moral e reputação ilibada, notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos, financeiros ou de administração pública, bem como mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija tais conhecimentos.

Estamos convencidos que a presente proposta, se aprovada, contribuirá para aperfeiçoar os mecanismos de controle dos atos administrativos, na medida em que o Tribunal de Contas da União se tornará menos político. E nenhum prejuízo advirá às ponderações de ordem política, que continuarão existindo nos debates travados no Congresso Nacional, que é o verdadeiro titular do controle externo.

Por estas razões, apresentamos a presente Proposta de Emenda à Constituição, alterando a atual forma de escolha dos Ministros do Tribunal de Contas da União, certos de podermos contar com o apoio de nossos pares.

Sala das sessões, 29 de agosto de 2013.

**Deputado RUBENS BUENO**  
**(PPS/PR)**

## CONFERÊNCIA DE ASSINATURAS

**Proposição:** PEC 0303/2013

**Autor da Proposição:** RUBENS BUENO E OUTROS

**Data de Apresentação:** 29/08/2013

**Ementa:** Dá nova redação ao § 2º do art. 73 da Constituição Federal, para modificar a forma de escolha dos Ministros do Tribunal de Contas da União.

**Possui Assinaturas Suficientes:** SIM

**Totais de Assinaturas:**

Confirmadas	173
Não Conferem	005
Fora do Exercício	000
Repetidas	007
Ilegíveis	000
Retiradas	000
Total	185

### Confirmadas

1 ABELARDO CAMARINHA PSB SP  
 2 ACELINO POPÓ PRB BA  
 3 ALBERTO FILHO PMDB MA  
 4 ALEX CANZIANI PTB PR  
 5 ALEXANDRE LEITE DEM SP  
 6 ALEXANDRE ROSO PSB RS  
 7 ALFREDO SIRKIS PV RJ  
 8 ALMEIDA LIMA PPS SE  
 9 AMAURI TEIXEIRA PT BA  
 10 ANDRÉ FIGUEIREDO PDT CE  
 11 ANDRE MOURA PSC SE  
 12 ANÍBAL GOMES PMDB CE  
 13 ANSELMO DE JESUS PT RO  
 14 ANTHONY GAROTINHO PR RJ  
 15 ANTONIO BULHÕES PRB SP  
 16 ARIOSTO HOLANDA PSB CE  
 17 ARNALDO JARDIM PPS SP  
 18 ARNALDO JORDY PPS PA  
 19 ARNON BEZERRA PTB CE  
 20 ASDRUBAL BENTES PMDB PA  
 21 ASSIS CARVALHO PT PI  
 22 BENJAMIN MARANHÃO PMDB PB  
 23 BETO ALBUQUERQUE PSB RS  
 24 CARLOS ZARATTINI PT SP  
 25 CARMEN ZANOTTO PPS SC  
 26 CELSO JACOB PMDB RJ  
 27 CELSO MALDANER PMDB SC  
 28 CHICO ALENCAR PSOL RJ  
 29 CHICO DAS VERDURAS PRP RR  
 30 CHICO LOPES PCdoB CE

31 COLBERT MARTINS PMDB BA  
32 DAMIÃO FELICIANO PDT PB  
33 DANIEL ALMEIDA PCdoB BA  
34 DAVI ALCOLUMBRE DEM AP  
35 DELEY PSC RJ  
36 DILCEU SPERAFICO PP PR  
37 DOMINGOS DUTRA PT MA  
38 DR. JORGE SILVA PDT ES  
39 DR. LUIZ FERNANDO PSD AM  
40 DR. PAULO CÉSAR PSD RJ  
41 DR. ROSINHA PT PR  
42 DR. UBIALI PSB SP  
43 DUARTE NOGUEIRA PSDB SP  
44 DUDIMAR PAXIUBA PSDB PA  
45 EDINHO BEZ PMDB SC  
46 EDIO LOPES PMDB RR  
47 EDMAR ARRUDA PSC PR  
48 EDSON SANTOS PT RJ  
49 EDSON SILVA PSB CE  
50 EDUARDO AZEREDO PSDB MG  
51 EDUARDO SCIARRA PSD PR  
52 EFRAIM FILHO DEM PB  
53 ELI CORREA FILHO DEM SP  
54 ELIENE LIMA PSD MT  
55 ENIO BACCI PDT RS  
56 ERIVELTON SANTANA PSC BA  
57 FABIO TRAD PMDB MS  
58 FELIPE BORNIER PSD RJ  
59 FELIPE MAIA DEM RN  
60 FRANCISCO ESCÓRCIO PMDB MA  
61 GENECIAS NORONHA PMDB CE  
62 GERALDO RESENDE PMDB MS  
63 GERALDO SIMÕES PT BA  
64 GERALDO THADEU PSD MG  
65 GIOVANNI QUEIROZ PDT PA  
66 GONZAGA PATRIOTA PSB PE  
67 GORETE PEREIRA PR CE  
68 GUILHERME MUSSI PP SP  
69 HÉLIO SANTOS PSD MA  
70 HENRIQUE OLIVEIRA PR AM  
71 HEULER CRUVINEL PSD GO  
72 IRINY LOPES PT ES  
73 ISAIAS SILVESTRE PSB MG  
74 IZALCI PSDB DF  
75 JAIME MARTINS PR MG  
76 JAIRO ATAÍDE DEM MG  
77 JAQUELINE RORIZ PMN DF  
78 JEAN WYLLYS PSOL RJ  
79 JEFFERSON CAMPOS PSD SP  
80 JOÃO ANANIAS PCdoB CE  
81 JOÃO CAMPOS PSDB GO  
82 JOÃO MAGALHÃES PMDB MG  
83 JOÃO PAULO CUNHA PT SP  
84 JOÃO PAULO LIMA PT PE  
85 JOÃO PIZZOLATTI PP SC  
86 JORGE BITTAR PT RJ

87 JORGINHO MELLO PR SC  
88 JOSÉ HUMBERTO PHS MG  
89 JOSÉ PRIANTE PMDB PA  
90 JOSE STÉDILE PSB RS  
91 JOSUÉ BENGTSON PTB PA  
92 LEANDRO VILELA PMDB GO  
93 LEONARDO GADELHA PSC PB  
94 LEONARDO MONTEIRO PT MG  
95 LEONARDO PICCIANI PMDB RJ  
96 LEOPOLDO MEYER PSB PR  
97 LUCI CHOINACKI PT SC  
98 LUCIANA SANTOS PCdoB PE  
99 LUCIO VIEIRA LIMA PMDB BA  
100 LUIZ ALBERTO PT BA  
101 LUIZ FERNANDO FARIA PP MG  
102 MAJOR FÁBIO DEM PB  
103 MANATO PDT ES  
104 MANOEL JUNIOR PMDB PB  
105 MARCELO CASTRO PMDB PI  
106 MARCIO JUNQUEIRA PP RR  
107 MÁRCIO MARINHO PRB BA  
108 MÁRIO HERINGER PDT MG  
109 MAURO LOPES PMDB MG  
110 MAURO MARIANI PMDB SC  
111 MENDONÇA FILHO DEM PE  
112 MIGUEL CORRÊA PT MG  
113 MILTON MONTI PR SP  
114 MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO PP SP  
115 NELSON MARQUEZELLI PTB SP  
116 NEWTON CARDOSO PMDB MG  
117 NILSON PINTO PSDB PA  
118 NILTON CAPIXABA PTB RO  
119 OLIVEIRA FILHO PRB PR  
120 OSMAR JÚNIOR PCdoB PI  
121 OSMAR SERRAGLIO PMDB PR  
122 OSMAR TERRA PMDB RS  
123 OSVALDO REIS PMDB TO  
124 OTAVIO LEITE PSDB RJ  
125 OZIEL OLIVEIRA PDT BA  
126 PADRE TON PT RO  
127 PAULO CESAR QUARTIERO DEM RR  
128 PAULO FEIJÓ PR RJ  
129 PAULO FOLETTI PSB ES  
130 PAULO PIMENTA PT RS  
131 PEDRO CHAVES PMDB GO  
132 PEDRO NOVAIS PMDB MA  
133 PENNA PV SP  
134 PINTO ITAMARATY PSDB MA  
135 PROFESSOR SÉRGIO DE OLIVEIRA PSC PR  
136 RAUL HENRY PMDB PE  
137 REGINALDO LOPES PT MG  
138 RENATO ANDRADE PP MG  
139 RENATO MOLLING PP RS  
140 RICARDO BERZOINI PT SP  
141 ROBERTO BRITTO PP BA  
142 ROBERTO FREIRE PPS SP

143 ROBERTO SANTIAGO PSD SP  
144 RODRIGO DE CASTRO PSDB MG  
145 RONALDO CAIADO DEM GO  
146 ROSE DE FREITAS PMDB ES  
147 RUBENS BUENO PPS PR  
148 RUBENS OTONI PT GO  
149 RUY CARNEIRO PSDB PB  
150 SABINO CASTELO BRANCO PTB AM  
151 SALVADOR ZIMBALDI PDT SP  
152 SANDRO MABEL PMDB GO  
153 SEBASTIÃO BALA ROCHA PDT AP  
154 SÉRGIO MORAES PTB RS  
155 SEVERINO NINHO PSB PE  
156 SIBÁ MACHADO PT AC  
157 SILAS BRASILEIRO PMDB MG  
158 SILAS CÂMARA PSD AM  
159 STEFANO AGUIAR PSC MG  
160 TAKAYAMA PSC PR  
161 VALDIVINO DE OLIVEIRA PSDB GO  
162 VALMIR ASSUNÇÃO PT BA  
163 VANDERLEI MACRIS PSDB SP  
164 VANDERLEI SIRAQUE PT SP  
165 VICENTE CANDIDO PT SP  
166 VICENTINHO PT SP  
167 VITOR PENIDO DEM MG  
168 WANDENKOLK GONÇALVES PSDB PA  
169 WILLIAM DIB PSDB SP  
170 WILSON FILHO PMDB PB  
171 ZÉ GERALDO PT PA  
172 ZEQUINHA MARINHO PSC PA  
173 ZOINHO PR RJ

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

**CONSTITUIÇÃO  
DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988**

.....  
**TÍTULO IV  
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES**

**CAPÍTULO I  
DO PODER LEGISLATIVO**

.....  
**Subseção III  
Das Leis**

## Seção IX

### Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. ([Parágrafo único com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998](#))

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

V - fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

VII - prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;



IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;

XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

§ 1º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

§ 3º As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

§ 4º O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

Art. 72. A comissão mista permanente a que se refere o art. 166, § 1º, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

§ 1º Não prestados os esclarecimentos, ou considerados estes insuficientes, a comissão solicitará ao Tribunal pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias.

§ 2º Entendendo o Tribunal irregular a despesa, a comissão, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá ao Congresso Nacional sua sustação.

Art. 73. O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96.

§ 1º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

I - mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;

II - idoneidade moral e reputação ilibada;

III - notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;

IV - mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

§ 2º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos:

I - um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antigüidade e merecimento;

II - dois terços pelo Congresso Nacional.

§ 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40. *(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)*

§ 4º O auditor, quando em substituição a Ministro, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de Tribunal Regional Federal.

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

.....  
.....

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------